

Carta de Apresentação

Com relação ao exame das demonstrações financeiras da **Lebes Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, fornecemos esta carta de apresentação, cujo objetivo é apresentar a relação de documentos abaixo:

- i) Relatório dos auditores independentes;
- ii) Balanços patrimoniais;
- iii) Demonstrações do resultado abrangente;
- iv) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
- v) Demonstrações dos fluxos de caixa;
- vi) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os diretores da **Lebes Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento**, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Otelmo Albino Drebes
Presidente

Dulce Gobbe
Diretora Financeira

Leonardo Lutckmeier
Contador CRCRS 096815/O

Lebes Financeira
S.A. - Crédito,
Financiamento e
Investimento

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, apresentamos a seguir o Relatório da Administração, comentando os resultados relativos ao exercício de 2024.

O objetivo estratégico da Lebes Financeira está diretamente associado às necessidades de financiamento dos produtos e empréstimos adquiridos pelos clientes da sua parte relacionada, Lojas Lebes S.A; bem como agregar solidez, qualidade e inovação ao portfólio de produtos e processos. Alinhado também à prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

Em termos de resultado operacional, destaca-se a manutenção do resultado positivo e com crescimento de 28,3% comparado ao exercício anterior (lucro líquido de R\$ 23.255 comparado ao ano de 2023 com R\$ 18.122).

Importante pontuar que durante o mês de maio de 2024, fortes chuvas provocaram enchentes que causaram um dos piores desastres climáticos da história do Rio Grande do Sul. Segundo o boletim da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul, as inundações afetaram um total de 478 municípios, com mais de 2.398 mil pessoas impactadas pelo evento climático extremo. Como reflexo negativo direto na Lebes Financeira, destacam-se a queda de produção média da concessão de empréstimo pessoal (produto de maior rentabilidade) de 40,2% no 2º trimestre e 19,3% no 3º trimestre comparados ao 1º trimestre de 2024. Além disso, nos meses de maio e junho de 2024 a Lebes Financeira optou por não realizar cobrança dos juros de mora sobre os atrasos de pagamento, não realizando receita dessa natureza nos meses citados.

No gerenciamento de limites, a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com Índice de Basileia de 23,67% ao término do exercício de 2024 em comparativo a 21,10% em 2023.

Para atender seus propósitos de maneira transparente, sólida e consonante com as legislações e normativos vigentes, a Lebes Financeira S.A. conta com consolidadas estruturas e processos internos de Governança Corporativa, Ouvidoria, Compliance, PCLD e Gestão de Riscos. Esse último, especificamente aberto e detalhado no decorrer da demonstração em: risco operacional, de mercado, de crédito, de liquidez e gerenciamento de capital.

Por fim, a Lebes Financeira agradece o apoio e o trabalho diário de seus colaboradores, bem como a confiança depositada por seus clientes e parceiros.

A Administração.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

LEBES FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Eldorado – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da LEBES FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LEBES FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, em 31 de dezembro de 2024, e o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da LEBES FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas,



não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2025.



Lebes Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	49.349	7.655	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	8	546.178	513.443
Títulos e Valores Mobiliários	5	120.680	64.206	Depósitos a prazo		546.178	513.443
Operações de crédito		548.625	569.119	Provisões		4.110	10.048
Operações de crédito setor privado	5.b	548.625	569.119	Provisão para impostos		3.478	9.517
Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito		(54.559)	(56.577)	Salários e Encargos a Pagar		632	531
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.b	(54.559)	(56.577)	Outros passivos	9	33.545	14.186
Outros créditos		55.124	70.095	Patrimônio líquido	13	140.615	122.883
Diversos	6	55.124	70.095	Capital social		105.000	105.000
Imobilizado em uso	7	530	419	Reservas de lucros		35.615	17.883
Intangível	7	10.235	9.223				
Depreciação e amortização	7	(5.536)	(3.580)				
Total do ativo		<u>724.448</u>	<u>660.560</u>	Total do passivo		<u>724.448</u>	<u>660.560</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lebes Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por quota)

	Nota	2º semestre 2024	Exercício 2024	Exercício 2023
Receitas da intermediação financeira		120.818	240.787	204.957
Operações de crédito		112.332	227.128	199.830
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez		8.486	13.659	5.127
Despesas da intermediação financeira		(56.964)	(132.023)	(122.862)
Operações de captação no mercado		(35.904)	(69.422)	(74.719)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(21.060)	(62.601)	(48.143)
Resultado bruto da intermediação financeira		63.854	108.764	82.095
Outras receitas operacionais		391	719	967
Receita prestação de serviços		391	719	967
Outras despesas operacionais		(44.744)	(76.153)	(67.000)
Despesas de pessoal		(3.054)	(5.717)	(4.817)
Outras despesas administrativas	14	(18.880)	(30.135)	(19.829)
Despesas tributárias		(3.099)	(5.057)	(8.590)
Outras receitas/despesas operacionais	15	(19.711)	(35.244)	(33.764)
Resultado operacional		19.501	33.330	16.062
Resultado antes da tributação sobre o lucro		19.501	33.330	16.062
Imposto de renda e contribuição social		(10.090)	(10.075)	2.061
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10.a	(3.478)	(7.939)	(5.805)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	(6.612)	(2.136)	7.866
Lucro líquido/(prejuízo) do período		9.411	23.255	18.122
Quantidade de quotas do capital (em milhares)		105.000	105.000	90.000
Lucro líquido por ação básico diluído		0,090	0,221	0,201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lebes Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por quota)

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
Lucro líquido/(prejuízo) do período	9.411	23.255	18.122
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-
Total do resultado abrangente	9.411	23.255	18.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lebes Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldo em 01 de janeiro de 2023	75.000	-	1.092	2.973	-	79.065
Aumento de capital social	30.000					30.000
Lucro líquido do exercício					18.122	18.122
Distribuição dividendo obrigatório					(4.304)	(4.304)
Constituição reserva legal			906		(906)	-
Constituição reserva estatutária	-	-	-	12.912	(12.912)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	105.000	-	1.998	15.885	-	122.883
Mutação do exercício	30.000	-	906	12.912	-	43.818
Saldo em 01 de julho de 2024	105.000	-	2.690	29.037	-	136.727
Aumento de capital social						-
Lucro líquido do semestre					9.411	9.411
Distribuição dividendo obrigatório (1º semestre)					-	-
Distribuição dividendo obrigatório (2º semestre)					(5.523)	(5.523)
Constituição reserva legal			471		(471)	-
Constituição reserva estatutária	-	-	-	3.417	(3.417)	-
	105.000	-	3.161	32.454	-	140.615
Mutação do semestre	-	-	471	3.417	-	3.888
Saldo em 01 de janeiro de 2024	105.000	-	1.998	15.885	-	122.883
Lucro líquido do exercício					23.255	23.255
Distribuição dividendo obrigatório					(5.523)	(5.523)
Constituição reserva legal			1.163		(1.163)	-
Constituição reserva estatutária				16.569	(16.569)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	105.000	-	3.161	32.454	-	140.615
Mutação do exercício	-	-	1.163	16.569	-	17.732

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Lebes Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	2º semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido (prejuízo) do período	9.411	23.255	18.122
Ajustes ao lucro líquido			
Despesa de depreciação e amortização	973	1.956	3.417
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	21.060	62.601	48.144
Constituição provisão para encargos sobre depósitos a prazo	35.904	69.422	74.719
Juros de aplicações em debêntures	(6.380)	(10.448)	-
Despesa provisão para imposto de renda e contribuição social	10.090	10.075	(2.061)
Lucro líquido ajustado	71.058	156.861	142.341
Variação das contas patrimoniais			
Redução/(aumento) em títulos e valores mobiliários	-	-	(50.941)
Redução/(aumento) em depósitos e intermediação financeira	(328)	(593)	(55.714)
Redução/(aumento) em operações de créditos	(20.972)	(44.125)	(143.119)
Redução/(aumento) em outros créditos	3.424	12.835	59.176
Aumento/(redução) em outras obrigações	157	19.359	1.676
Aumento/(redução) em provisões	61	(9.111)	(3.163)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.461)	(4.766)	(1.473)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	48.939	130.460	(51.217)
Atividades de Investimento			
(Aquisição)/Baixa de imobilizado	(111)	(111)	(62)
Aquisição de intangível	(731)	(1.012)	-
Aquisição de debênture	-	(50.000)	-
Recurso proveniente de alienação de investimentos	5.395	5.395	-
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	4.553	(45.728)	(62)
Atividades de financiamento			
Aporte de capital de acionistas	-	-	30.000
Pagamento de dividendos	(5.523)	(5.523)	-
Aporte de captação de mercado	23.898	24.850	-
Pagamento de captações de mercado	(60.944)	(60.944)	(5.018)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(42.569)	(41.617)	24.982
Aumento/(redução) líquido nas disponibilidades	10.923	43.115	(26.297)
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do semestre	53.112	20.920	47.217
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do semestre	64.035	64.035	20.920
Aumento/(redução) líquido nas disponibilidades	10.923	43.115	(26.297)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Lebes Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”), é uma sociedade anônima, com sede em Eldorado do Sul/RS, tem como atividade principal a realização de operações de crédito pessoal e financiamento para a aquisição de bens e serviços.

A Financeira depende como principal atividade o fomento das vendas da Drebes & Cia Ltda., atuante no varejo, através do financiamento das compras de seus clientes.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em 21 de janeiro de 2025, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria Executiva, que autorizou divulgá-las a partir dessa data.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Financeira. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

a. Apuração de resultados

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Estimativas contábeis

São determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, as provisões para perdas, as provisões para contingência, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar, quando da sua realização, em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões existentes ao processo de estimativas contábeis.

c. Caixa e equivalentes de caixa

O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

d. Instrumentos financeiros

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data.

(i) Títulos para negociação

São adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(ii) Títulos disponíveis para venda

São aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento

São aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e. Operações de crédito, créditos com característica de operações de crédito

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas, sendo mantidas em rendas a apropriar.

f. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução CMN nºs 2.682/99 (e as respectivas atualizações) para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção/desenvolvimento, que inclui os custos de mão de obra, custos de instalação/aplicação e custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável por teste de imparidade sobre valor recuperável (*impairment*).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais" na demonstração do resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que ocorram novos benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Financeira.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos ativos são as seguintes:

Móveis e utensílios:	10 anos
Equipamentos de informática:	5 anos

h. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção/desenvolvimento, que inclui os custos de mão de obra, custos de instalação/aplicação e custos de empréstimos capitalizados, deduzido de amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável por teste de imparidade sobre valor recuperável (*impairment*).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais” na demonstração do resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que ocorram novos benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Financeira.

(iii) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos são as seguintes:

Software: 5 anos

i. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

j. Ativos circulantes e realizáveis em longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

k. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos e Recursos de aceites cambiais

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do Bacen e são as seguintes:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- **Provisões para passivos fiscais, cíveis e trabalhistas:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.
- **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito.

m. Provisão para o imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 quando semestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

O imposto diferido é mensurado e contabilizado com base em estudo realizado de acordo com a Resolução CMN nº4.842/2020, pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Financeira espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Resultado por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital integralizado na data do balanço.

o. Resultado recorrente e/ou não recorrente

A Lebes Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Financeira, considerando seu Estatuto Social, sendo este “a realização de operações de financiamento, a prazos médio e longo, para suprimentos de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, assim como a administração de valores mobiliários e quaisquer outras atividades permitidas, isto é, a realização de todas as operações e serviços de previsão para instituições da espécie, contempladas na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, segundo as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a ser permitidas por essas mesmas autoridades”.

Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Para os períodos findos em dezembro de 2024 e de 2023, o resultado da financeira foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

p. Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	49.349	7.655
Cotas de fundo de investimento (i)	<u>14.686</u>	<u>13.265</u>
Total	<u>64.035</u>	<u>20.920</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, a Financeira possuía investimentos em cota de fundo de investimento referenciado em depósitos Interfinanceiros (DI) R\$ 14.686 (R\$ 13.265 em 31 dezembro de 2023), classificada como “títulos para negociação” sem vencimento, administrada pela Caixa Econômica Federal. Por não apresentar risco de mudança nos valores, tampouco, indisponibilidade de resgate, o valor das cotas de fundos de investimento fora classificado como caixa e equivalente de caixa.

O valor das cotas dos fundos é disponibilizado pelos respectivos administradores, que levam em consideração informações de mercado ou modelos de precificação para o cálculo destas.

5 Instrumentos financeiros

a. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Debêntures (i)	105.994	105.994	50.941	50.941
Cotas de Fundo de Investimento	14.686	14.686	13.265	13.265
Total	120.680	120.680	64.206	64.206
Circulante		67.365		-
Não circulante		53.315		64.206

- (i) Em novembro e dezembro de 2023, a Financeira adquiriu R\$25.000 em debêntures da companhia OpenX e R\$25.000 da companhia Griffin, sendo seus respectivos vencimentos programados para o final de 2025. Em março de 2024, a Financeira adquiriu R\$ 50.000 em debêntures da companhia OpenX, sendo seus respectivos vencimentos programados para o primeiro semestre de 2026. As mesmas são objeto de colocação privada, cujo valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, a partir da data da primeira integralização da série única e juros remuneratórios que correspondem a 100% (cem por cento) da variação acumulada da taxa do depósito interfinanceiro (DI) + 3% (três por cento) a.a. (ao ano) fixo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros e derivativos.

b. Operações de crédito

Composição das operações de crédito

	31/12/2024	31/12/2023
Setor privado		
Empréstimos	104.967	166.824
Financiamentos – CDC	443.658	402.295
Total	548.625	569.119
Circulante	508.166	526.395
Não circulante	40.459	42.724

b.1 Composição da carteira por vencimento

	Empréstimos	Financiamentos	31/12/2024(i)	31/12/2023
Vencidos	19.973	26.974	46.947	49.781
A Vencer				
Até 3 meses	24.590	183.293	207.883	208.740
De 3 a 12 meses	43.163	210.173	253.336	267.874
De 1 a 3 anos	17.241	23.218	40.459	42.724
Total da Carteira	104.967	443.658	548.625	569.119

- (i) Composição da carteira segregada nas faixas de vencimento considerando o vencimento individual por parcela

b.2 Composição da carteira por setor de atividade

Tipo de cliente	Empréstimos	Financiamentos – CDC	Total 2024	Total 2023
Pessoas físicas	98.777	443.658	542.435	558.038
Pessoas jurídicas	6.190	-	6.190	11.081
Total	104.967	443.658	548.625	569.119

b.3 Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução CMN nº 2.682/99.

Operações de Crédito 2024				Provisão em 2024	
Nível	Empréstimos	Financiamentos	Total	Mínima (Resolução nº 2.682/99)	
				%	em R\$
A	54.572	357.783	412.355	0,50%	2.062
B	7.433	36.722	44.155	1,00%	442
C	7.424	14.521	21.945	3,00%	658
D	3.967	6.953	10.920	10,00%	1.092
E	2.960	4.125	7.085	30,00%	2.126
F	1.051	3.075	4.126	50,00%	2.063
G	3.897	2.510	6.407	70,00%	4.484
H	23.663	17.969	41.632	100,00%	41.632
Total	104.967	443.658	548.625		54.559

Operações de Crédito 2023				Provisão em 2023	
Nível	Empréstimos	Financiamentos	Total	Mínima (Resolução nº 2.682/99)	
				%	em R\$
A	89.205	328.267	417.472	0,50%	2.087
B	11.287	28.603	39.890	1,00%	399
C	13.963	12.053	26.016	3,00%	780
D	12.052	6.345	18.397	10,00%	1.840
E	8.361	3.952	12.313	30,00%	3.694
F	7.188	3.168	10.356	50,00%	5.178
G	3.971	2.948	6.919	70,00%	4.843
H	20.797	16.959	37.756	100,00%	37.756
Total	166.824	402.295	569.119		56.577

b.4 Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	<u>68.181</u>	<u>56.577</u>	<u>61.703</u>
Baixas por perdas (i)	(34.682)	(63.524)	(53.269)
Constituição/(reversão)	<u>21.060</u>	<u>61.506</u>	<u>48.143</u>
Saldo final	<u>54.559</u>	<u>54.559</u>	<u>56.577</u>
Circulante	52.517	52.517	53.991
Realizável a longo prazo	<u>2.042</u>	<u>2.042</u>	<u>2.586</u>

- (i) Os créditos baixados como prejuízo obedecem às regras da Resolução nº 2.682 do Bacen.

O volume dos créditos renegociados foi apurado considerando os critérios descritos na Resolução CMN nº 2.682/99, que considera:

Renegociados: a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

As renegociações totalizam o montante de R\$ 43.886 no segundo semestre de 2024 e R\$ 129.787 no exercício de 2024 (R\$ 222.171 em 31 de dezembro de 2023).

Em 2024 foram recuperados créditos anteriormente baixados para prejuízo no montante de R\$ 6.814 no segundo semestre de 2024 e R\$ 15.268 no exercício de 2024 (24.746 em 31 de dezembro de 2023).

b.5 Concentração dos maiores tomadores de créditos

	Concentração das operações de crédito			
	31/12/2024	%	31/12/2023	%
10 maiores devedores	6.451	1,18%	11.265	1,98%
50 seguintes maiores devedores	1.041	0,19%	905	0,16%
100 seguintes maiores devedores	1.766	0,32%	1.575	0,28%
Demais devedores	<u>539.367</u>	<u>98,31%</u>	<u>555.374</u>	<u>97,58%</u>
Total	<u>548.625</u>	<u>100%</u>	<u>569.119</u>	<u>100%</u>

6 Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Cobrança operações de crédito	(149)	921
Crédito tributário diferido (i)	13.731	15.867
Imóveis mantidos para venda	40.380	40.380
Despesas antecipadas	-	10.973
Aluguel a receber (Drebes & Cia)	202	201
Outros créditos diversos	960	1.753
Total	55.124	70.095
Circulante	55.124	70.095

- (i) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, registrados para refletir os efeitos futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e seu respectivo valor contábil. De acordo com a legislação vigente, foram atendidas todas as premissas necessárias para constituição e a manutenção dos créditos tributários. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 10b.

7 Imobilizado de uso e Intangível

O imobilizado e intangível está composto conforme quadro demonstrativo abaixo.

	Móveis	Equip proces de dados	Softwares (i)	Instalações	Bens Peq.vlr	Total
Saldo contábil líquido 1 de janeiro de 2024	9	228	5.825	-	-	6.062
Aquisições	-	12	1.012	94	5	1.123
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(2)	(81)	-	(2)	-	(85)
Amortização	-	-	(1.871)	-	-	(1.871)
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2024	7	159	4.966	92	5	5.229
Custo	16	415	10.235	94	5	10.765
Depreciação acumulada	(9)	(256)	-	(2)	-	(267)
Amortização acumulada	-	-	(5.269)	-	-	(5.269)
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2024	7	159	4.966	92	5	5.229

	Móveis	Equip proces de dados	Softwares	Instalações	Bens Peq.vlr	Total
Saldo contábil líquido 1 de janeiro de 2023	15	260	9.142	-	-	9.417
Aquisições	-	35	-	-	-	35
Baixas	-	(6)	-	-	-	(6)
Transferências	-	33	-	-	-	33
Depreciação	(6)	(94)	-	-	-	(100)
Amortização	-	-	(3.317)	-	-	(3.317)
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2023	9	228	5.825	-	-	6.062
Custo	15	404	9.223	-	-	9.642
Depreciação acumulada	(6)	(176)	-	-	-	(182)
Amortização acumulada	-	-	(3.398)	-	-	(3.398)
Saldo contábil líquido 31 de dezembro de 2023	9	228	5.825	-	-	6.062

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 a Financeira possui intangível referente ao desenvolvimento dos aplicativos de celulares para venda de crédito pessoal, os quais estão divididos em fase 1 e fase 2. Ambas já estão disponíveis e amortizando normalmente.

8 Depósitos e demais instrumentos financeiros

Os depósitos e demais instrumentos financeiros referem-se a depósitos a prazo no total de R\$ 546.178 (513.443 em 31 de dezembro de 2023).

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer até 3 meses	139.970	-
A vencer de 3 meses a 1 ano	181.085	54.426
A vencer de 1 a 3 anos	61.074	314.605
A vencer de 3 a 5 anos	164.049	129.664
A vencer superior a 5 anos	-	14.748
	<u>546.178</u>	<u>513.443</u>
Total		
Circulante	321.055	54.426
Exigível a longo prazo	<u>225.123</u>	<u>459.017</u>
	<u>546.178</u>	<u>513.443</u>
Total		

Os depósitos a prazo referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB), que foram captados no mercado, e são remunerados a uma taxa pré média de 12,28% a.a. (13,13% a.a. em 31 de dezembro de 2023) e uma taxa pós-fixada média de 122,82% (123,15% em 31 de dezembro de 2023) de Depósitos Interfinanceiros (DI) respectivamente.

9 Outros Passivos

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos a liberar crédito pessoal	119	217
Provisões para passivos contingentes	1.769	847
Valores a pagar a sociedades ligadas	3.381	1
Outros pagamentos a efetuar	1.185	1.622
Salários e encargos a pagar	253	-
Impostos a recolher (i)	15.338	5.003
Receitas a Apropriar (Taxa Zero)	1.673	2.192
Dividendos a pagar	<u>9.827</u>	<u>4.304</u>
	<u>33.545</u>	<u>14.186</u>
Circulante	23.946	12.334
Não circulante	<u>9.599</u>	<u>1.852</u>

- (i) Refere-se substancialmente a impostos sobre operações financeiras (IOF) R\$ 183 (R\$ 344 em 31 de dezembro de 2023), contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) R\$ 783 (R\$ 512 em 31 de dezembro de 2023), imposto de renda retido na fonte R\$ 114 (R\$ 1.095 em 31 de dezembro de 2023).

A Financeira possui parcelamentos junto a Receita Federal referente aos impostos/contribuições COFINS (R\$1.460), IRPJ (R\$ 7.365), CSLL (R\$ 4.704), PIS (R\$ 237), IOF (R\$ 13).

10 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos, abaixo, a apuração do imposto de renda e da contribuição social para os períodos apresentados abaixo:

a. Imposto de renda e contribuição social - resultado

	2º semestre	31/12/2024	31/12/2023
Lucro / (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	19.502	33.331	16.062
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos			
Exclusões por perdas fiscais	(36.181)	(81.035)	(69.453)
Adições temporárias – PCLD	21.608	63.670	47.933
Compensação prejuízo fiscal	-	-	-
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	4.929	15.966	(5.458)
Imposto de renda à alíquota de 15%	1.306	2.981	2.146
Contribuição social à alíquota de 15%	1.306	2.981	2.247
Efeito imposto de renda adic. 10% acima de R\$ 20 mês	866	1.977	1.412
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	3.478	7.939	5.805

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo “Outros ativos” e é assim representado:

	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda à alíquota de 25%	(4.507)	(1.710)	5.038
Contribuição social à alíquota de 15%	(2.105)	(426)	2.828
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(6.612)	(2.136)	7.866
Imposto de renda e contribuição social líquidos	10.090	10.075	(2.061)

Apuração de imposto de renda e contribuição social – Diferido

	31/12/2024	31/12/2023
<i>Diferenças temporárias</i>		
Total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito não dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social	54.559	56.577
Total da provisão dedutível - Lei nº 9.430, art. 9º	(20.230)	(16.908)
Valor líquido diferenças temporárias	34.329	39.669
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no exercício – Imposto de renda 25%	8.582	9.917
Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no exercício – Contribuição social - 15%	5.149	5.950

Movimentação

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial crédito tributário diferido	15.867	8.001
Imposto de renda	(1.710)	5.038
Contribuição social	(426)	2.828
Saldo final crédito tributário diferido	13.731	15.867
% sobre o patrimônio líquido	9%	13%

Realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Período	2024	2023
2024	-	15.867
2025	13.731	-
Saldo final do crédito tributário diferido	13.731	15.867

Valor presente dos créditos tributários

De acordo com o estabelecido no inciso IV do parágrafo 5º do art. 4º da Resolução CMN nº 4.842 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado à taxa de captação de 12,71% a.a. e pelos prazos de recuperação, é de R\$ 12.183 (13.671 em 31 de dezembro de 2023).

11 Saldos e transações com partes relacionadas

A Financeira é parte integrante do Grupo Drebes que é composto adicionalmente pelas seguintes empresas: Drebes & Cia. Ltda, Drebes Promotora de Vendas Ltda. e Intechlog transportes e logística Ltda.

a. Composição

	Ativos/(passivos)		Receitas/(despesas)		
	2024	2023	2º Semestre	2024	2023
Cobrança CDC Lojas Lebes					
Drebes & Cia. Ltda.	(149)	921	-	-	-
Empréstimos e financiamentos					
Drebes e Cia Ltda.	-	-	-	-	-
Intechlog Transportes e Logística Ltda.	-	-	-	-	-
Drebespart Participações	-	5.564	-	488	759
New Free	6.190	5.517	526	1.129	721
Dividendos a pagar					
Drebespart participações ltda	(9.826)	(4.033)	-	-	-
Sócios pessoas físicas	(1)	(1)	-	-	-
Valores a pagar a sociedades					
Drebes & Cia. Ltda.	202	201	1.211	2.423	1.615
Drebes Promotora de Vendas Ltda.	-	-	-	-	-

	Ativos/(passivos)		Receitas/(despesas)		
	2024	2023	2º Semestre	2024	2023
Despesa de uso comum rateio					
Drebes & Cia. Ltda.	-	-	(9.000)	(16.500)	(7.500)
Despesa de comissão e captação de cobrança					
Drebes & Cia. Ltda.	(3.381)	10.973	(19.250)	(32.866)	(30.940)

Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 2024 e 2023, não houve remuneração aos administradores da Financeira.

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos a: (i) diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau; (ii) pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou penhor de mercadorias, em limites que forem fixadas pelo CMN, em caráter geral; (iii) pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10% (dez por cento); e (iv) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento) quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.

12 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 o valor das contingências cíveis e trabalhista classificadas como risco provável e provisionadas na contabilidade da Financeira totalizam R\$ 1.769 (em 31 de dezembro de 2023 R\$ 847).

O valor das contingências cíveis e trabalhistas possíveis não provisionadas contra a Financeira totaliza R\$ 5.644 em 31 de dezembro de 2024 (Em 31 de dezembro de 2023 R\$ 5.494).

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

No exercício findo em 2024, o capital subscrito e integralizado está representado por R\$ 105.000 (105.000 em 31 de dezembro de 2023) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. A Financeira possui capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resolução nº 2.099/94.

b. Reservas de lucros

A reserva de lucros é composta por:

- (i) Reserva legal constituída semestralmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
- (ii) Do restante do lucro líquido será destinado às reservas estatutárias, e cabe à Assembleia Geral Ordinária deferir sobre a destinação dos saldos.

c. Dividendos

O estatuto assegura a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

14 Outras despesas administrativas

	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Despesa de uso comum rateio (i)	(9.000)	(16.500)	(7.500)
Outras despesas administrativas (ii)	<u>(9.880)</u>	<u>(13.635)</u>	<u>(12.329)</u>
	<u>(18.880)</u>	<u>(30.135)</u>	<u>(19.829)</u>

- (i) Rateio previsto em contrato de compartilhamento de despesas pelo uso comum do custo administrativo.
- (ii) Despesas referem-se substancialmente a despesas de desenvolvimento e manutenção de sistema R\$ 2.381 (R\$ 5.628 em 31 de dezembro de 2023), despesas de amortização devido ao início da utilização do APP Lídia R\$ 929 (R\$ 3.317 em 31 de dezembro de 2023) e despesas de consultoria e assessoria R\$ 471 (R\$ 1.887 em 31 de dezembro de 2023).

15 Outras receitas/despesas operacionais

	2º Semestre	31/12/2024	31/12/2023
Despesa de comissão e captação de cobrança (i)	(19.250)	(32.866)	(30.940)
Outras receitas e despesas operacionais	<u>(461)</u>	<u>(2.378)</u>	<u>(2.824)</u>
	<u>(19.711)</u>	<u>(35.244)</u>	<u>(33.764)</u>

- (i) Referem-se substancialmente a despesas de comissões pagas a correspondentes bancários e comissões sobre assessoramento de terceiros na captação de depósitos e demais instrumentos financeiros.

16 Limites operacionais (acordo de basileia)

Em 31 de dezembro de 2024, a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 23,67% (21,10% em 31 de dezembro de 2023), a Financeira possui Patrimônio de Referência (PRs5) acima do mínimo exigido de 17% do montante do RWAs5, composto pela exposição ao risco de exposição em ouro, moeda estrangeira e exposição cambial, risco de crédito e risco operacional, conforme Resolução nº 4.606/17 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos complementares.

17 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são riscos de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos:

- (a) **Gestão de risco operacional:** em atendimento as resoluções do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos seus riscos. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos, identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financeira.
- (b) **Risco de mercado:** em consonância com o que prevê as resoluções do conselho monetário nacional (CMN), a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado.
- (c) **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. A Financeira entende que o risco de crédito em sua carteira se encontra mantido em níveis aceitáveis de exposição e possui condições de gerenciamento que mitigue exposições, atendendo, assim, as resoluções do CMN.
- (d) **Gerenciamento de capital:** a estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base nas resoluções do CMN e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital.
- (e) **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Financeira em obter recursos para honrar seus compromissos.

O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração, e não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem *hedge* de suas posições ativas e passivas.

18 Eventos Subsequentes (Resolução CMN 4.966)

Em cumprimento ao disposto no Art. 78 da Resolução CMN 4.966/21, esta nota explicativa detalha os impactos estimados da implementação dos novos critérios contábeis sobre os resultados e a posição financeira da Lebes Financeira. A resolução introduz uma estrutura contábil mais rigorosa, alinhando-se aos padrões internacionais de contabilidade. Entre os principais aspectos contemplados estão a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, novos métodos de reconhecimento de receitas e encargos e alterações na constituição de provisões para perdas esperadas.

A adequação à nova regulamentação exige adaptações significativas nos processos internos, sistemas informatizados e controles gerenciais. Além disso, será necessário capacitar as equipes envolvidas para que compreendam e apliquem corretamente as novas regras.

Os impactos estimados dessa mudança regulatória podem ser sintetizados da seguinte forma:

- **Aumento da complexidade** nos processos de monitoramento e provisão de ativos problemáticos, devido à introdução de novos indicadores de caracterização e descaracterização.
- **Mudança na gestão do reconhecimento de receitas**, com a implementação do stop accrual a partir do 90º dia de atraso, impactando diretamente o reconhecimento da receita financeira.
- **Alteração no critério de constituição de provisão para perdas associadas ao Risco de Crédito**, com significativa majoração dos percentuais a serem aplicados para o cenário de uma instituição financeira pertencente ao segmento 5 e especialmente em suas carteiras classificadas como ativo problemático.
- **Necessidade de revisão e treinamento** das equipes para garantir que os novos critérios de categorização e a documentação dos critérios objetivos de descaracterização sejam adotados corretamente, minimizando riscos operacionais e de compliance.

Constituição de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Considerado o item de maior impacto da nova resolução, atualmente, a constituição de provisões segue uma abordagem padronizada, em que são aplicados percentuais fixos definidos pelo Banco Central, sobre o saldo contábil das operações, com base na classificação de risco (variando de AA a H). A partir de 2025, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.966/21 e na Resolução BCB n.º 352/23, essa abordagem será substituída por uma metodologia mais complexa e dinâmica, baseada no conceito de perdas esperadas. Essa mudança busca alinhar-se às melhores práticas internacionais de contabilidade e ao padrão IFRS 9, promovendo maior aderência à realidade econômica e financeira das operações de crédito.

Essa transição traz impactos significativos para a Lebes Financeira. Primeiramente, será necessário investir em tecnologia, consultoria e equipes especializadas para desenvolver, implementar e validar o novo modelo. Esse modelo exige bases de dados robustas e atualizadas, bem como capacidade de processar informações de forma preditiva. Além disso, a adoção do modelo de perdas esperadas aumenta a sensibilidade do resultado financeiro ao desempenho da carteira de crédito.

Outro desafio importante é a capacitação intensiva das equipes envolvidas, incluindo profissionais das áreas de risco, contabilidade e TI (tecnologia da informação). Com a nova metodologia, esses profissionais precisarão dominar conceitos técnicos avançados para garantir uma transição de maneira precisa e aderente às normas.

Por fim, espera-se que o saldo total de provisão aumente, mantidos os padrões de saldos de carteira em janeiro/25, um acréscimo de R\$ 2.147 como despesa de provisão, representando em média, um aumento de 3,94% em relação aos valores atuais, impactando negativamente o lucro líquido da instituição. Embora esse aumento represente um impacto inicial no resultado da instituição, ele contribui para maior resiliência financeira e transparência na gestão de riscos.

Tabela comparativa dos saldos de Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito, calculados segundo ambas as metodologias estabelecida pelas resoluções CMN 2.682/99 e 4.966/21.

Metodologia	31/12/2024
Resolução CMN 2.682	54.559
Resolução CMN 4.966	56.706

Otelmo Albino Drebes
Presidente

Dulce Gobbe
Diretora Financeira

Leonardo Lutckmeier
Contador CRCRS 096815/O